

Sumário

| | |
|--|----|
| Introdução..... | 1 |
| 1. Objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente em face do direito ambiental constitucional | 3 |
| 1.1. A proteção da dignidade da vida humana como objetivo da Política Nacional do Meio Ambiente..... | 6 |
| 1.2. Assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico como objetivo da Política Nacional do Meio Ambiente..... | 11 |
| 1.3. Assegurar, no País, os interesses da segurança nacional como objetivo da Política Nacional do Meio Ambiente..... | 26 |
| 2. Princípios da Política Nacional do Meio Ambiente em face do direito ambiental constitucional: o uso racional dos recursos ambientais como bens de natureza jurídica constitucional..... | 31 |
| 2.1. O meio ambiente em face da relação jurídica estabelecida pela Constituição de 1988: o bem ambiental como de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida a ser necessariamente assegurado e protegido | 32 |
| 2.3. Princípios da Política Nacional do Meio Ambiente em face dos Princípios do Direito Ambiental Constitucional. | 68 |
| 2.3.1. Princípios da Política Nacional do Meio Ambiente em face do princípio da legalidade..... | 69 |
| 2.3.2. Princípios da Política Nacional do Meio Ambiente em face do princípio da soberania. | 71 |

| | |
|---|-----|
| 2.3.3. Princípios da Política Nacional do Meio Ambiente em face do princípio do desenvolvimento sustentável..... | 78 |
| 2.3.4. Princípios da Política Nacional do Meio Ambiente em face do princípio da prevenção | 95 |
| 2.3.4.1. Prevenção ou precaução em face da Política Nacional do Meio Ambiente? | 102 |
| 2.3.4.2. Conteúdo jurídico do princípio da precaução em face de seu enquadramento no sistema constitucional em vigor e a avaliação dos custos das medidas de prevenção (ou precaução?) vinculadas à aplicação da Política Nacional do Meio Ambiente..... | 106 |
| 2.3.5. O princípio do poluidor-pagador em face da Política Nacional do Meio Ambiente | 110 |
| 2.3.6. O princípio da participação em face da Política Nacional do Meio Ambiente | 119 |
| 2.3.7. O princípio da ubiquidade e a dignidade da pessoa humana em face da Política Nacional do Meio Ambiente..... | 122 |
| 2.3.8. O genérico e subjetivo rótulo de retrocesso ambiental e a impossibilidade de violação do princípio democrático: o denominado “princípio” da vedação do retrocesso, suas referencias iniciais no âmbito do Supremo Tribunal Federal e seus reflexos em nossa Política Nacional do Meio Ambiente em face da ADC 42 | 123 |
| 3. Conceitos previstos na Política Nacional do Meio Ambiente e sua adequação em face do direito ambiental constitucional..... | 131 |
| 4. Finalidades da Política Nacional do Meio Ambiente e sua compatibilidade com o direito ambiental constitucional..... | 139 |

| | |
|--|-----|
| 5. Sistema Nacional do Meio Ambiente no âmbito do direito ambiental constitucional e o CONAMA em face de seu enquadramento jurídico no superior sistema normativo em vigor | 141 |
| 6. Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente e sua convergência com a superior orientação constitucional..... | 147 |
| 7. Obrigações ambientais previstas na Política Nacional do Meio Ambiente e sua adequação ao direito ambiental constitucional | 153 |
| 7.1. A obrigação imposta pela Constituição Federal ao Estado e à própria coletividade de proteger os bens ambientais em proveito do uso comum de brasileiros e estrangeiros residentes no País: os deveres ambientais em face dos recursos ambientais, dos bens culturais, da cidade e da saúde ambiental..... | 157 |
| 7.2. Causa geradora das obrigações ambientais e o uso dos bens ambientais no plano constitucional: as obrigações de fazer ou não fazer subordinadas aos princípios ambientais constitucionais da prevenção e do poluidor pagador | 158 |
| 7.3. Obrigações ambientais em face do princípio da prevenção:as obrigações preventivas e o Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EPIA) | 161 |
| 7.4. A obrigação constitucional de reparar danos causados ao meio ambiente: obrigações ambientais em face do princípio do poluidor-pagador | 162 |
| 7.4.1. Imprescritibilidade da pretensão de reparação civil de dano ambiental e a interpretação do Supremo Tribunal Federal (RE 654833) | 163 |
| 7.4.2. A prioridade da reparação específica do dano ambiental: retorno ao statu quo ante como critério balizador do uso dos bens ambientais | 165 |
| 7.4.3. A denominada responsabilidade chamada “civil” objetiva e a obrigação constitucional de reparar danos causados ao meio ambiente | 166 |

| | |
|---|-----|
| 7.4.4. A denominada “conjunção solidária” constitucional: a solidariedade para suportar os danos causados ao meio ambiente..... | 169 |
| 7.4.5. O caso fortuito ou de força maior em face das obrigações ambientais | 170 |
| 8. Sanção penal prevista na Política Nacional do Meio Ambiente em face do direito ambiental constitucional: os crimes ambientais | 173 |
| 9. A taxa no âmbito da Política Nacional do Meio Ambiente e sua adequação ao direito ambiental constitucional: o direito ambiental tributário..... | 179 |
| Referencias/Bibliografia | 191 |